



O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL VISTO ATRAVÉS DA CHARGE

Rozinaldo Antonio Miani

Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR

Resumo: A partir da análise de algumas charges publicadas no jornal *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, procuramos demonstrar como a imprensa sindical tem retratado as principais características do atual modelo econômico brasileiro, pautado pela globalização, com o objetivo de promover a reflexão entre os trabalhadores para que estes compreendam as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho e suas conseqüências nocivas para a classe trabalhadora, servindo, ainda, como importante ferramenta para o registro histórico. Para tanto, tivemos a necessidade de apresentar algumas reflexões sobre a potencialidade histórica da charge, por entender que ela se caracteriza como uma importante fonte para o estudo em questão, bem como compreender melhor as condições históricas do desenvolvimento econômico/industrial brasileiro.

Palavras-chave: Charge, industrialização, imprensa sindical.

1 – A potencialidade histórica da charge

Não creio haver melhor maneira de começar um estudo científico que tem na charge sua matéria-prima, sua fonte primordial, do que exaltar suas qualidades e demarcar suas limitações; afinal, é disso que se compõe a natureza de qualquer documento histórico.

Luis Fernando Veríssimo, ao apresentar uma coletânea de charges a respeito do processo da CPI que resultou no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello atribuiu, apropriadamente a nosso ver, a caracterização da charge como “um tesouro”. Ele se referia especialmente ao uso que pode fazer da charge os arqueólogos, mas podemos ampliar essa análise para os pesquisadores de tantas outras áreas; o que nos impressionou, na verdade, foi a sua lucidez ao sugerir a potencialidade da charge.

“Os arqueólogos desvendam o passado remoto a partir de coisas como moringas e fezes cristalizadas (...) Desconfio que quando esta fase da vida brasileira que atravessamos com lama pelas canelas também for história remota, os pesquisadores a reconstituirão a partir do trabalho dos seus chargistas, os únicos que chegaram perto do absurdo reinante com o instrumental apropriado: um olho cético, uma mão ligeira e o gosto pelo exagero revelador. Esqueça os relatórios e os editoriais. A verdade está no detalhe, nos desenhos na margem, e no absurdo”¹

Esse elogio à charge, feito por um dos mais brilhantes cronistas brasileiros da atualidade, só vem reforçar a nossa crença de que, com o império da imagem nas sociedades atuais combinado com o reconhecimento irrefutável de que vivemos uma nova etapa da produção capitalista mundial, é mais do que oportuna a proposta de compreender a dinâmica do processo de desenvolvimento industrial brasileiro a partir da produção chárstica do movimento sindical dos trabalhadores.

A charge, definida como uma modalidade de linguagem iconográfica e que se caracteriza essencialmente por sua natureza dissertativa e ideológica, além de primar pela presença do humor com o propósito de denunciar, criticar e satirizar através do apelo ao exagero, também deve ser reconhecida em seu potencial como fonte histórica, capaz de contribuir para a reflexão sobre uma determinada época histórica, pois expressa e transmite, assim como toda configuração visual, idéias, sentimentos, valores e informações a respeito de seu tempo e lugar, bem como de outros tempos e lugares.

A efemeridade da charge como produto comunicativo, pois ela “*geralmente é esquecida quando o acontecimento a que se refere se apaga de nossa memória individual ou social*”², é justamente um dos mais fortes argumentos para consolidá-la como uma fonte histórica de riqueza inestimável; a produção de uma charge está necessariamente vinculada ao contexto sócio-histórico imediato e, portanto, apresenta elementos concretos para análise do seu respectivo tempo histórico.

Diante dessa breve exposição, reforçamos nossa posição já apresentada em outra oportunidade, por ocasião de dissertação de mestrado, que seria ingenuidade

"pensar que os únicos valores criados pela História sejam os que a escrita consignou. É indigno do historiador afastar ou simplesmente olhar como acessórios testemunhos

¹ Texto de apresentação de Luis Fernando Veríssimo do livro ilustrado “Da CPI ao impeachment”.

² MIANI, Rozinaldo A. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica*. São Paulo: ECA/USP, 2000 (dissertação de mestrado) - p.64.



referentes à vida dos homens do passado em nome de uma escolha arbitrária entre seus modos de comunicação”.³

Apesar dessa defesa intransigente da charge como produto comunicativo e como fonte histórica, reconhecemos que há determinadas limitações que devem ser levadas em consideração para não sermos tomados como mitificadores. A charge, como forma de expressão visual, só pode ser compreendida socialmente pelo uso da palavra, pois concordamos com Bakhtin que a palavra é o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana e fenômeno ideológico por excelência. Sem a palavra, que se constitui na interação verbal de um determinado contexto histórico, qualquer imagem seria ininteligível; portanto a charge só pode ser plenamente decodificada através da linguagem verbal, o que exige do pesquisador uma compreensão sobre a complexidade do processo de constituição semiótica da linguagem verbal.

“Isso não significa, obviamente, que a palavra possa suplantiar qualquer outro signo ideológico. Nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. É impossível, em última análise, exprimir em palavras, de modo adequado, uma composição musical ou uma representação pictórica. Um ritual religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras. Nem sequer existe um substituto verbal realmente adequado para o mais simples gesto humano. Negar isso conduz ao racionalismo e ao simplismo mais grosseiros. Todavia, embora nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apóia nas palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e de seu acompanhamento musical”.⁴

Por isso, motivado pela convicção da fertilidade crítica e analítica da charge, muito bem caracterizada por alguns teóricos da comunicação como um “editorial gráfico”, e também por reconhecer que *“a utilização de imagens pelo historiador, ao lado de seu fascínio e riqueza, também significa novos desafios para quem pretende efetiva-la”*⁵, ousamos tomar para este trabalho a charge como fonte histórica de primeira grandeza, atitude rara entre os pesquisadores da área, com o objetivo de, através de seu uso pelo movimento sindical, analisar o atual processo de desenvolvimento industrial no Brasil, particularmente no setor metalúrgico, como consequência de um novo contexto sócio-histórico-político marcado pelo processo de globalização econômica e suas consequências para o cotidiano dos trabalhadores.

³ FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1973 – p.3.

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997 – p.38.

⁵ SILVA, Marco A. A construção do saber histórico: historiadores e imagens, in: *Revista de História*, n. 125-126, São Paulo: USP, 1991/1992 – p.134



2 – O processo de industrialização no Brasil e a globalização

Para estabelecermos qualquer análise mais aprofundada sobre o impacto da globalização no setor industrial, identificando os possíveis reflexos no mundo do trabalho, precisamos compreender como se deu o próprio processo histórico de desenvolvimento da indústria no Brasil.

Apesar de reconhecer que alguns exemplos de fábricas já podiam ser verificados no período colonial, devemos admitir que se trata de uma atividade relativamente recente, com uma primeira expansão verificada apenas em fins do século XIX, impulsionada pela virtuosidade da economia cafeeira.

“Em síntese, pode-se afirmar que a economia cafeeira engendrou as condições necessárias ao início do processo de industrialização: capitais disponíveis, mecanização do beneficiamento, eficiente malha ferroviária, formação de um mercado livre de trabalho. Como bem assinalou o economista Celso Furtado, o cafeicultor do Oeste Paulista era, para além de agricultor, um empresário atento às possibilidades de aplicação lucrativa dos seus ganhos. (...) Somente no quinquênio 1890-1895, segundo o historiador Caio Prado Junior, foram fundados 425 novos estabelecimentos fabris. Grande parte dessas empresas concentrava-se nas regiões cafeeiras, sobretudo nos atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro, aí incluído o Distrito Federal, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores”⁶

Nas primeiras décadas do século XX o setor industrial efetivamente contabilizou um importante crescimento, principalmente pela proliferação de pequenas empresas com objetivos exclusivos de produzir para o mercado local. Grandes empresas também podiam ser encontradas, especialmente no setor têxtil, mas em número bastante reduzido se comparado com as “micro-empresas”.

Neste período, vale ressaltar a importância conquistada pela então recente imprensa operária, principalmente a de origem anarquista, que marcou toda uma primeira fase da história da imprensa operária no Brasil.

“O ponto alto da atividade dos militantes anarquistas no Brasil foi a proliferação da imprensa operária. A história do operário industrial no Brasil está escrita nas páginas dessa imprensa, desde o final do século passado até o primeiro quartel do século atual. O seu valor como documento vivo desse período é incontestável porque é, acima de tudo, informativo e foi o resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico. As condições em que apareceu e se desenvolveu a

⁶ LUCA, Tânia R. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001 – p.18.

imprensa operária estão contidas nela mesma, ao lado das condições em que se desenrolava esse período da história do trabalhador brasileiro. Por isso mesmo, seu valor é inegável sob o ponto de vista histórico, pela quantidade e qualidade das informações que revela ao pesquisador.”⁷

Essa fase da história da imprensa operária no Brasil foi definida por Maria Nazareth Ferreira como imprensa anarco-sindicalista, e esta se colocou na vanguarda das denúncias contra as já precárias condições de trabalho, em especial as mazelas dos baixos salários, e como fator de organização, mobilização e politização da emergente classe trabalhadora no Brasil.

A partir da década de 30, podemos identificar significativas alterações no cenário econômico brasileiro, com a indústria ocupando gradativamente um lugar de destaque e rompendo com a hegemonia da cafeicultura. O processo de urbanização e o conseqüente crescimento das cidades, bem como a adoção da política conhecida como “substituição de importações”, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento e a consolidação da indústria no Brasil, que foi se ampliando por vários setores, em especial o metalúrgico, mecânico e químico, demonstrando que a estrutura produtiva revelava-se mais complexa e diversificada.

Apesar de todo o impulso do setor industrial verificado nas décadas de 30 e 40, não podemos deixar de reconhecer que o governo de Juscelino Kubitschek representou importância decisiva para os rumos da industrialização no Brasil.

“Os índices econômicos do período JK (1956-1961) apontam um crescimento médio anual do país da ordem de 8,1%. (...) A indústria, por sua vez, crescia à taxa média de 11,9%. Em 1955, a produção industrial representava 20,4% do total do PIB, participação que, cinco anos mais tarde, atingiu a marca dos 25,6%, indicando a importância adquirida pelo setor na geração de riquezas do país.”⁸

Juscelino Kubitschek deu ênfase e viabilizou o desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo duráveis, especialmente automóveis e eletrodomésticos, que, por suas características, mudou o panorama industrial brasileiro, principalmente no que se referiu ao aprofundamento de desequilíbrios regionais provocado pela concentração industrial no Centro-Sul do país, e à instalação de empresas multinacionais que visavam a obtenção de

⁷ FERREIRA, Maria N. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988 – p.13.

⁸ LUCA, Tânia R. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001 – p.73.



vantagens comparativas em busca do maior lucro possível, às custas de uma precarização crescente das condições de trabalho.

Nos anos que se seguiram ao governo JK pudemos verificar uma diminuição no ritmo de crescimento da indústria, além do que os problemas econômicos tornaram-se freqüentes e evidentes.

Com a instauração de um período de governos militares, a economia do país tomou novos rumos. O resultado da nova política econômica resultou naquilo que a propaganda governamental chamou de “milagre brasileiro”. As condições impostas para realizar esse “milagre” foram basicamente a imposição de um violento processo de arrocho salarial, a contração de vultosos empréstimos internacionais que fizeram multiplicar a nossa dívida externa e a intensificação de uma política estatal com vistas a beneficiar a expansão do grande capital no Brasil.

A retomada do processo de crescimento econômico pautou-se pelo incremento das exportações, definido como a grande prioridade, o que fez desviar para o exterior, atendendo aos interesses das multinacionais aqui instaladas e de um mercado internacional em consolidação, os critérios sobre o que produzir, quanto e de forma.

Esse modelo, apesar de elevar o Brasil à condição de uma das 10 maiores potências econômicas capitalistas, transformou o nosso país em uma das sociedades mais desiguais do planeta, com uma dívida externa astronômica, com uma das maiores taxas de concentração de rendas e com índices sociais dos piores do mundo.

A insustentabilidade de uma situação marcada pelos antagonismos econômicos e sociais provocados pelo modelo econômico vigente durante o período militar, que também foi marcado pela ação política repressiva contra as organizações operárias, resultou no ressurgimento do movimento sindical, que ficou conhecido como “novo sindicalismo”, e do movimento popular combativos.

A luta política encampada por estes movimentos, combinada com o enfraquecimento do regime militar, que já havia colocado em prática desde o governo do general Ernesto Geisel um processo de abertura política, resultou na retomada do processo de redemocratização do Brasil, que teve na Constituição promulgada em 1988 e nas eleições presidenciais em 1989 os marcos principais da ruptura com o regime autoritário. Essas conquistas políticas



representaram o que de mais significativo ocorreu na década de 80, ficando a economia e, por conseguinte, o desenvolvimento industrial, em segundo plano.

Chegamos então aos anos 90 que marcam, de maneira significativa, novas mudanças no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. O processo de globalização da economia foi o pretexto do governo de Fernando Collor de Mello, e posteriormente também do governo de Fernando Henrique Cardoso, para promover a inserção do Brasil na nova dinâmica da economia capitalista mundial, caracterizada por diversos autores como Terceira Revolução Industrial.

“A Terceira Revolução Industrial, caracterizada pela automação acelerada e pela mobilidade, sem precedentes, de capitais, mercadorias e informações aumentou a produtividade do trabalho e alterou o processo produtivo. Tarefas rotineiras e repetitivas passaram a ser feitas por robôs e computadores, expulsando do mercado de trabalho grande quantidade de mão-de-obra.”⁹

Quanto à nova condição das indústrias, devemos ressaltar a diminuição progressiva da participação do setor industrial na produção de riquezas do país, bem como o refluxo dos índices de ocupação da população economicamente ativa oriundos da indústria. Sobre este assunto, a historiadora Tania Regina de Luca afirma,

“Já não se encontram grandes indústrias, com milhares de assalariados, trabalhando na linha de produção de um único estabelecimento. (...) A redução da quantidade de operários fabris, a chamada desproletarização, apresenta-se como um traço marcante do período contemporâneo.”¹⁰

3 – Charge sindical: um retrato da indústria brasileira

Durante todo o processo de desenvolvimento econômico brasileiro reconhecemos que nosso país nunca teve muita tradição nos quesitos produção e investimento tecnológicos. No setor industrial, desde a incipiente indústria do início do século XX, passando pelo auge do processo de industrialização nos anos 50 e 60, até o complexo parque industrial no início dos anos 90, o Brasil sempre esteve à reboque de países desenvolvidos do Hemisfério Norte para incrementar suas indústrias de tecnologias modernas.

⁹ LUCA, Tânia R. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001 – p.98.

¹⁰ Idem, p.98.

Com o governo Collor e o processo de abertura da economia, a modernização das indústrias era uma condição essencial para o “Brasil do futuro”. Essa modernização, porém, estava sendo proposta de maneira unilateral pelos patrões/governo sem que os trabalhadores pudessem, através de suas organizações de classe, se precaver de suas conseqüências inevitáveis, em especial o desemprego.

Diante desta situação, a imprensa sindical tornou-se um verdadeiro espaço de disputa política, procurando fortalecer uma posição contra-hegemônica em relação ao impacto das novas tecnologias na relação capital e trabalho. Os discursos de competitividade, lucratividade e produtividade ganharam expressão junto aos patrões, ao mesmo tempo que se tornaram eixos de denúncia por parte das organizações dos trabalhadores.

Na *Tribuna Metalúrgica*, jornal informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, do dia 19 de abril de 1991, é publicada uma charge que revela as condições impostas pela modernidade proclamada pelo governo Collor, em contraposição à visão do sindicato sobre as conseqüências dessa realidade. Associar a fome e a miséria como resultado de uma política econômica que tem no discurso da modernidade o seu fundamento, parece ser a principal denúncia apresentada.



A intenção de desvendar a falácia do discurso da modernização como um desejo irrestrito dos brasileiros aparece claramente numa charge publicada na *Tribuna* no dia 11 de

julho de 1991. A melhoria nas condições de trabalho e o respectivo aumento salarial, isto sim desejo de todos os trabalhadores metalúrgicos, não estava sendo considerado pelas classes patronais como condição de modernização, mas tão somente aquilo que viria a favorecer a intensificação da lógica do capital, ou seja, lucro a todo custo. Nesta charge há, ainda, uma alusão à robótica como sinônimo de modernização e benefício para o patrão na medida em que significa possibilidade de enxugamento dos quadros funcionais, o que revela o descompromisso do capitalismo com os valores de humanidade.



Outro aspecto característico das mudanças ocorridas no mundo do trabalho em decorrência do processo de desenvolvimento econômico pautado pela globalização é a implantação de novas legislações trabalhistas que se definem a partir de proposições de flexibilização dos direitos e precarização de empregos e salários.

Essa movimentação de patrões e governo em direção à flexibilização dos direitos como condição para impor um novo modelo econômico para o Brasil é um processo um pouco mais recente, se comparado com o investimento em novas tecnologias. Pela compreensão de que com a diminuição de direitos sociais e trabalhistas haveria uma redução do custo da mão-de-obra, as direções sindicais das categorias trabalhistas, de modo geral, passaram a ter que se preocupar, além das discussões sobre reajuste salarial, com, no mínimo, a manutenção de conquistas já efetivadas, isso quando não tinham que defender a própria manutenção de direitos previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pela Constituição Federal.

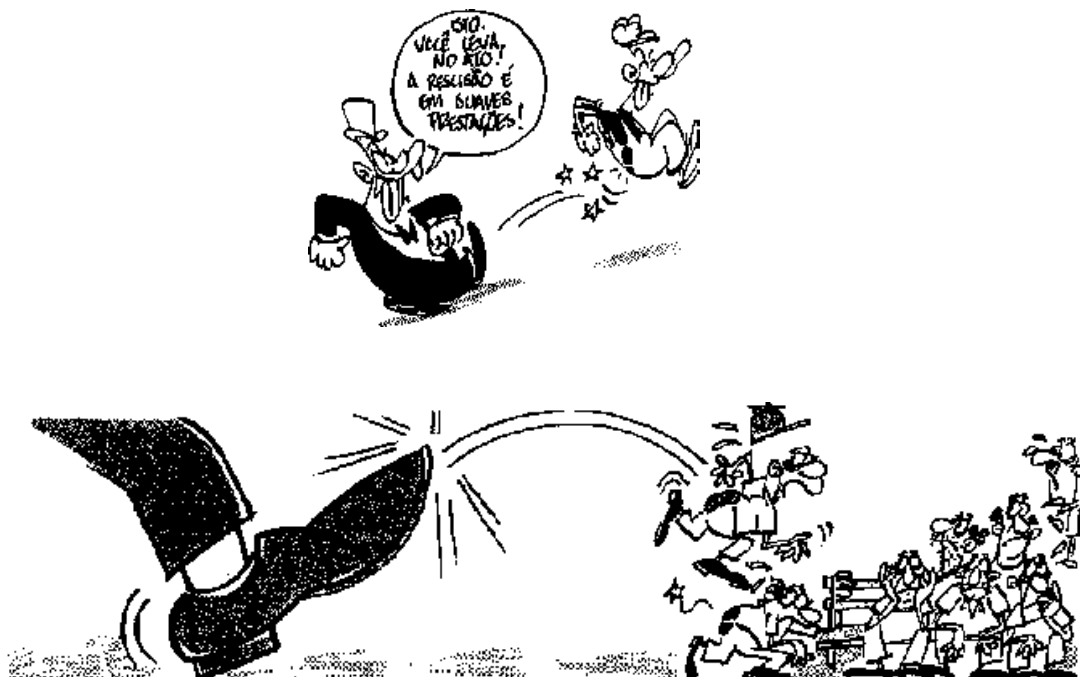
Encontramos várias charges que revelam essa postura convicta por parte do empresariado de que os direitos sociais dos trabalhadores deveriam ser revistos. Dentre elas, temos a charge publicada na *Tribuna Metalúrgica* no dia 09 de outubro e uma outra publicada na primeira página da edição de 17 de outubro, todas no ano de 1997.



Um tema que tomou conta das discussões entre patrões e trabalhadores, principalmente na segunda metade da década de 90, foi o do Contrato por Tempo Determinado, conhecido no meio sindical como Contrato Temporário. Essa foi uma das principais ações adotadas pelo governo FHC, em sintonia com os interesses patronais, com relação à flexibilização de direitos trabalhistas. Tratou-se de um projeto de lei, encaminhado pelo próprio Poder Executivo, visando facilitar a ação do empresariado na captação de mão-de-obra “precária”, pois, assim, as empresas teriam seus custos com encargos sociais diminuídos. Uma denúncia explícita dessa situação foi abordada numa charge publicada na *Tribuna* em 30 de janeiro de 1998.



Como um dos mais espinhosos problemas vivenciado pelos trabalhadores na última década do século XX, o desemprego foi temática presente em uma multiplicidade de charges produzidas na imprensa sindical. O fechamento de empresas ou a diminuição de postos de trabalho marcaram o dia a dia das várias categorias trabalhistas nos anos 90. Isso não significou, porém, que os empresários estivessem vivendo momentos de crise; ao contrário, a produtividade das empresas aumentou justamente às custas da maior exploração sobre o trabalhador.



O crescimento ininterrupto dos índices de desemprego e o medo constante dos trabalhadores de fazer parte do exército dos sem emprego também passou a fazer parte do discurso iconográfico dos sindicatos.



Se houve alguma grande virtude econômica no governo FHC, sem dúvida, foi o controle da inflação. Porém, como esta conquista não esteve associada à capacidade de um desenvolvimento econômico capaz de proporcionar aos trabalhadores brasileiros a possibilidade de se beneficiar da estabilidade de preços, essa virtude ficou bastante ofuscada e teve pouca efetividade. E esse tema também foi explorado nas charges produzidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos como, por exemplo, na edição do dia 26 de agosto de 1997.



4 – Considerações finais

Como pudemos perceber, a riqueza das charges em revelar as mazelas provocadas pelo processo de globalização, que teve impacto direto no setor industrial, seja por meio da necessidade de implantação de novas tecnologias ou por força do processo de reestruturação produtiva no interior das fábricas, seja por fatores de “concorrência” com o setor financeiro, combina com a necessidade do movimento sindical de encontrar mecanismos eficientes para



uma formação ideológica de suas bases. E, como já afirmamos em outras oportunidades, estamos convencidos do poder persuasivo da charge na imprensa sindical como instrumento de politização da classe trabalhadora.

Porém, a charge, como também pretendemos mostrar neste trabalho, é mais do que um instrumento ideológico a serviço de um ideal político; ela é, para além disso, uma importante fonte histórica capaz de fornecer elementos preciosos para reconstituir uma história, tomado como produto de um tempo e de um lugar sócio-histórico.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

FERREIRA, Maria N. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LUCA, Tânia R. de. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

MIANI, Rozinaldo A. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica*. São Paulo: ECA/USP, 2000 (Dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Dennis. *Imprensa sindical, globalização neoliberal e mundo do trabalho*. São Paulo: ECA/USP, 1997 (Tese de doutorado).

SILVA, Marcos A. A construção do saber histórico: historiadores e imagens, in: *Revista de História*, n. 125-126, São Paulo: USP, 1991/1992.